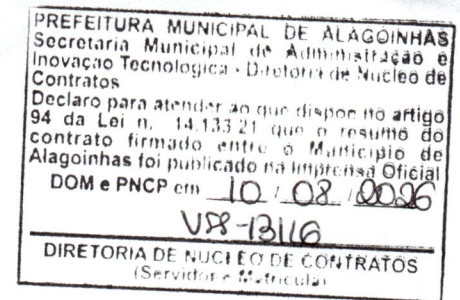




PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

TERMO ADITIVO N.º 170/2026 – SESAU.



TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, DE FORMA COMPLEMENTAR E EXCEPCIONAL JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, QUE TENHAM HABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, PARA ATUAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE, VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ALAGOINHAS. Nº 296/2025, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS E, DO OUTRO, ANA JULIA SOUZA FREIRE.

O **MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Praça Graciliano Freitas, s/nº, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.646.005/0001-38, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **LUCIANO SÉRGIO DE JESUS SANTOS**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 634.***-**-72, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **ANA JULIA SOUZA FREIRE**, inscrita no CPF sob o nº 063.***-**-93 e portadora do RG de nº 16.245.294-29 SSP/BA, com endereço na Rua Jose Luciano C. Freire, Nº 120, Silva Jardim - Alagoinhas/BA, CEP: 48.018-070, doravante denominado **CONTRATADO**, ajustam a celebração do presente Termo Aditivo ao Contrato n.º 296/2025, firmado pelas partes aqui qualificadas em 25 de julho de 2025, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por escopo prorrogar o prazo do referido contrato, conforme **Processo Administrativo n.º 8859/2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

De acordo o art. 106 e 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021, fica prorrogada a vigência do contrato, passando a vigorar a partir de **25 de julho de 2026 até 24 de julho de 2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

Formalizadas as alterações descritas na cláusula anterior e segundo as informações descritas no Processo Administrativo, o contrato passará a vigor com o valor de **R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com a execução do presente Termo Aditivo, correrão à conta do orçamento vigente no Exercício/2026, do Município de Alagoinhas, através da seguinte classificação orçamentária:

PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSO
2027	33.90.36	500 / 600

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no contrato referido neste Termo Aditivo, que não colidam com as disposições deste instrumento.

Alagoinhas, 24 de julho de 2026.

LUCIANO SÉRGIO DE JESUS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

ANA JULIA SOUZA FREIRE
CONTRATADA





CERTIDÃO NEGATIVA DE LICITANTES INIDÔNEOS

O Tribunal de Contas da União certifica, em 27/08/2026, que **ANA JULIA SOUZA FREIRE**, CPF: **063.267.775-93**, **NÃO CONSTA** no cadastro de responsáveis declarados inidôneos para participar de licitação na Administração Pública.



O que significa não constar nesse cadastro?

Significa que não há decisões do TCU que impeçam a pessoa de participar de licitações no âmbito da Administração Pública.



O cadastro não inclui:

- Responsáveis ainda não notificados sobre a decisão;
- Decisões ainda não transitadas em julgado; e
- Decisões anuladas ou suspensas pelo TCU ou pela Justiça.



Base legal:

Artigo 46 da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU)

- O trânsito em julgado marca uma decisão como não mais sujeita a recursos com efeitos suspensivos.



Certidão válida até **26/09/2026**

Quer confirmar os dados? Acesse <https://certidoes.apps.tcu.gov.br> com o código RJRA20260827122534

<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes>



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: ANA JULIA SOUZA FREIRE

CPF/CNPJ: 063.267.775-93

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 12:26:07 do dia 27/08/2026 , com validade até o dia 26/09/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 3zZCsHQNg5hqWidpz4nz

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/08/2026 às 12:26) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 063.267.775-93.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A90.5728.5CCC.4392 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 298/2025 – Data de Assinatura: 20/07/2026.

Termo Aditivo n.º 167/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **T & G ASSISTENCIA MEDICA LTDA.** – Fundamento Legal: arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º. 14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 304/2025 – Data de Assinatura: 20/07/2026.

Termo Aditivo n.º 168/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **I Q MACEDO SANTANA LTDA.** – Fundamento Legal: arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º. 14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 300/2025 – Data de Assinatura: 22/07/2026.

Termo Aditivo n.º 169/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **RB FLEXO LTDA.** – Fundamento Legal: art. 111 da Lei Federal n.º. 14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 032/2026 – Data de Assinatura: 10/07/2026.

Termo Aditivo n.º 170/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **ANA JULIA SOUZA FREIRE.** – Fundamento Legal: arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º. 14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 296/2025 – Data de Assinatura: 24/07/2026.

Termo Aditivo n.º 171/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **ALEXSANDRO NASCIMENTO OLIVEIRA.** – Fundamento Legal: art. 57, II da Lei Federal n.º. 8.666/93. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 153/2022 – Data de Assinatura: 01/07/2026.

Termo Aditivo n.º 172/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **LPB SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.** – Fundamento Legal: arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º. 14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 305/2025 – Data de Assinatura: 21/07/2026.

Termo Aditivo n.º 173/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **SILMARA SANTOS GUIMARÃES GOMES.** – Fundamento Legal: arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º. 14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 281/2025 – Data de Assinatura: 21/07/2026.

Termo Aditivo n.º 174/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **M LIFE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.** – Fundamento Legal: arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º. 14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 292/2025 – Data de Assinatura: 21/07/2026.

Termo Aditivo n.º 175/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **ABRAÃO DE MELO BARBOSA LTDA.** – Fundamento Legal: arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º. 14.133/2021. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato n.º 299/2025 – Data de Assinatura: 27/07/2026.

Termo Aditivo n.º 176/2026 - SESA - Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: **MAYLANO OLIVEIRA MOTTA.** – Fundamento Legal: arts. 57, II e Art. 65, §8º da Lei Federal n.º. 8.666/93. – Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência e reajustar o valor do referido Contrato n.º 124/2023. – Data de Assinatura: 21/07/2026.